MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2013
Prova B3

Parte I – Prova Objetiva

1. **Não são direitos sociais, nos termos da Constituição da República de 1988:**
a) a saúde e o trabalho;
b) a moradia e o lazer;
c) a segurança e a previdência social;
d) a livre iniciativa e a livre concorrência.

2. **Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental, assinale a alternativa incorreta:**
a) Todas as Cortes possuem competência para a sua apreciação.
b) Sua previsão constitucional é norma de eficácia contida, tendo em vista que depende de aprovação de lei infraconstitucional para a produção de efeitos.
c) É de competência privativa do Supremo Tribunal Federal.
d) Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

3. **A Constituição Federal prevê um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, acerca deles afirma-se:**
I - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
II - Os direitos e garantias expressos na CF/88 não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
III – Todos os direitos assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos bem como a sua integração à previdência social.
Marque a opção correta:
a) I e III estão corretas.
b) I e II estão corretas.
c) II e III estão corretas.
d) Todas estão corretas.

4. **O Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, desde que observados os seguintes requisitos constitucionais:**
a) competência privativa e relevância;
b) relevância e autonomia;
c) urgência e independência;
d) relevância e urgência;

5. **Está legitimado a propor ação popular, nos termos da Constituição da República de 1988:**
a) o Ministério Público Federal;
b) os partidos políticos;
c) a sociedade;
d) o cidadão.

6. **No que toca ao *habeas data*, assinale a alternativa incorreta:**
a) é uma ação gratuita.
b) pode ser concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
c) pode ser concedido para para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
d) é um remédio heroico constitucional, manejado na defesa do direito de inclusão digital.

7. **No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição da República de 1988, prescreve que o Estado promoverá, na forma da lei:**
a) a defesa do usuário.
b) a defesa do menor tutelado.
c) a defesa do consumidor.
d) a defesa do direito de posse.

8. **Não compete aos Municípios:**
a) legislar sobre assuntos de interesse local.
b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
c) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

9. **Dentre os princípios que devem ser obedecidos pela Administração, um exige resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento às necessidades da comunidade e de seus membros. Esse verdadeiro dever de boa administração é o princípio da**

a) impessoalidade.
b) legalidade.
c) moralidade.
d) eficiência.

10. **Conforme prescreve a CR/88, os atos necessários ao exercício da cidadania, na forma da lei, e as ações de *habeas corpus* e *habeas data* são:**
a) obrigatórios;
b) onerados;
c) gratuitos;
d) gravosos.

11. **Considera-se lugar do crime:**
a) apenas o lugar onde ocorreu a ação ou omissão.
b) tanto o lugar do comportamento (ação ou omissão) como o do resultado.
c) o lugar do domicílio do autor do crime.
d) Todas as afirmações estão corretas.

12. **São efeitos da condenação:**
I - tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime;
II - a perda em favor da unidade da federação em que se consumou o crime, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.
III - a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
IV - os efeitos tratados no item III supra não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.
Marque a alternativa correta:
a) Todas as assertivas estão incorretas;
b) As assertivas II, III e IV estão corretas;
c) Apenas a assertiva IV está incorreta;
d) Apenas a assertiva II está incorreta.

13. **Em virtude da teoria adotada no sistema penal pátrio quanto ao tempo do crime (Código Penal, art. 4º), é INCORRETO afirmar que:**
a) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ou no momento do resultado.
b) É considerado inimputável o menor de 18 anos que iniciou um crime que só fora consumado à época de sua maioridade penal.
c) A doutrina e a jurisprudência consideram que é possível a aplicação da *lex gravior* nos casos de crime continuado e de crime permanente quando sua vigência for anterior à cessação da continuidade e da permanência.
d) A regra geral do art. 4º não se aplica ao termo inicial do prazo prescricional do crime, sendo este último contado apenas a partir da consumação do crime.

14. **CP, Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:**
Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.
§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
Peculato culposo
§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:
Pena - detenção, de três meses a um ano.
§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
<u>Questão</u> : Um servidor público, por falta de móvel específico, guarda em um cesto de lixo, localizado ao lado de sua mesa, materiais de escritório diversos, tais como grampeador e furador, especificamente aqueles destinados a grande volume de páginas, cujo custo é bem superior aos de uso comum. Um outro servidor, encarregado da limpeza, novo no serviço, depara-se com aquilo e, imaginando haverem sido descartados, deles se apropria. À luz do Direito Penal, a conduta do que se apropriou:
a) configura peculato culposo, porque agiu inegável imperícia;
b) não configura crime, porque está amparada pelo princípio da insignificância;
c) caracteriza erro de tipo;
d) caracteriza erro de proibição.

15. **Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:**
a) a Constituição não autoriza a criação de pena de trabalhos forçados.
b) a lei penal não retroagirá, ainda que para beneficiar o réu.
c) a prática de racismo é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública que tenha como dever legal o combate à criminalidade.
d) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física e moral, ressalvada a aplicação de punições disciplinares pela direção do estabelecimento prisional, em decorrência de mau

comportamento de natureza grave.

16. **Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira, assinale a alternativa errada:**
a) aplica-se a lei penal brasileira a crime contra a administração pública, praticado no estrangeiro, por quem está a serviço do governo brasileiro;
b) se o agente que pratica, no estrangeiro, crime contra a vida do Presidente da República é condenado pela lei daquele país, não pode ser novamente punido pela lei brasileira, com base no princípio do *non bis in idem*.
c) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra a liberdade do Presidente da República;
d) aplica-se a lei penal brasileira a crime praticado no estrangeiro contra o patrimônio de Município brasileiro;

17. **No que concerne às causas de exclusão de antijuridicidade, é correto afirmar-se:**
a) Também são conhecidas como dirimentes.
b) a inexigibilidade de conduta diversa é aceita comumente como causa supralegal.
c) o consentimento do ofendido somente é aceito para afastar a ilicitude quando se tratar de bens jurídicos disponíveis como a honra, o patrimônio e a liberdade.
d) não pode haver legítima defesa do patrimônio para lesionar um bem jurídico de maior relevância como a vida.

18. **Assinale a alternativa errada:**
a) De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, inclusive pessoas jurídicas, a sanções penais independentemente da obrigação de reparar os danos causados;
b) em nenhuma hipótese, em nosso ordenamento jurídico, empresas estão sujeitas à sanção penal, pelo imperativo lógico de que não podem ser presas,
c) em tese, os dirigentes de pessoas jurídicas autoras de crimes ambientais podem ser responsabilizados criminalmente.
d) nos crimes ambientais, a condenação criminal não exclui a possibilidade de responsabilização civil.

19. **Quais princípios exigem que a lei penal incriminadora seja editada antes da ocorrência do fato criminoso:**
a) da legalidade e da anterioridade da lei penal.
b) da extra e da ultratividade condicional da lei penal.
c) da *abolitio criminis* e da especialidade.
d) da lei anterior e da lei posterior benignas.

20. **Assinale a opção errada:**
a) Segundo entendimento majoritário da doutrina, o crime, de acordo com sua concepção analítica, é um fato típico, ilícito e culpável, constituindo a punibilidade, tão somente, uma consequência de sua prática.
b) Para que se verifique a tipicidade de uma conduta – um dos elementos do fato típico –, basta que ela seja formalmente adequada ao modelo de conduta criminosa previsto na parte especial do Código Penal.
c) Segundo entendimento majoritário da doutrina, nosso ordenamento jurídico penal não veda a existência de causas de exclusão da culpabilidade, além daquelas já previstas no Código Penal.
d) Elemento normativo do tipo é aquele cuja verificação depende do exercício de um juízo de valor, por parte do intérprete da lei penal.

21. **Assinale a alternativa correta em relação à prescrição:**
a) A prescrição é irrenunciável.
b) Não corre a prescrição pendendo a ação de evicção.
c) A exceção prescreve em prazo diverso da pretensão.
d) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.

22. **Sobre as assertivas seguintes, considere:**
I. A personalidade civil começa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
II. Toda pessoa tem direito ao nome, mas os pseudônimos não gozam da proteção que se dá ao nome, mesmo quando adotados para atividades lícitas.
III. Quando não haja intenção difamatória ou exposição ao desprezo público, o nome alheio pode ser usado em propaganda comercial sem autorização.
IV. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
Marque a alternativa correta:
a) As assertivas II e IV são verdadeiras.
b) Todas as assertivas são falsas.
c) Apenas as assertivas I e III são falsas.
d) Apenas a assertiva IV é verdadeira.

23. **Sobre o domicílio da pessoa jurídica, pode-se afirmar que:**
a) será sempre o lugar onde funcionar a respectiva administração, ainda que possua outros estabelecimentos em lugares diferentes.

b) não se admite a eleição de domicílio especial nos estatutos ou atos constitutivos.
c) havendo mais de um estabelecimento, em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
d) será o local de sua sede, ainda que esta seja no estrangeiro, sendo irrelevante a existência de estabelecimentos no Brasil.

24. **É correto afirmar que:**
a) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro dispõe expressamente que quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
b) A Constituição Federal de 1988 não traz proteção expressa ao direito adquirido, mas a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro dispõe que uma lei em vigor deve respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
c) A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro é aplicável apenas ao direto privado já que suas disposições originalmente formavam a Lei de Introdução ao Código Civil.
d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

25. **Quanto à invalidade do negócio jurídico, assinale a alternativa correta:**
a) A anulabilidade pode ser pronunciada de ofício pelo juiz.
b) Uma vez decretada sua invalidade, o negócio jurídico anulável perde totalmente seus efeitos, inclusive aqueles anteriores ao decreto (efeito *ex tunc*).
c) A nulidade não pode ser sanada pela confirmação nem suprida pelo juiz.
d) A nulidade prescreve nos prazos previstos na lei.

26. **O juiz que procede a instrução fica vinculado à decisão, envolvendo assim os princípios:**
a) Do livre convencimento e da bilateralidade da audiência;
b) Da oralidade, da imediatidade, da identidade física do juiz e da concentração;
c) Da demanda e da verossimilhança;
d) Da ação, da oralidade e da bilateralidade da audiência.

27. **Suspende-se o processo:**
a) pela convenção de arbitragem.
b) pela perda da capacidade processual de qualquer das partes.
c) quando o juiz acolher a exceção de litispendência.
d) quando ocorrer a confusão entre autor e réu.

28. **Assinale a alternativa correta:**
a) pretensão é o conflito de interesses qualificado pela demanda do autor e pela resistência do réu.
b) pretensão é a exigência de submissão do interesse alheio ao interesse próprio.
c) lide é a exigência de submissão do interesse alheio ao interesse próprio.
d) lide é o conflito de interesses em que não há pretensão do autor nem resistência do réu.

29. **Constituem tipos de processo:**
a) Sumário, especial e ordinário;
b) Inventário, família e civil;
c) Cautelar, execução e conhecimento;
d)Consignatário, monitório, antecipação de tutela.

30. **Sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa correta:**
a) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
b) Litisconsórcio não-unitário ou comum ocorre quando a decisão da causa deve ser uniforme em relação a todos os litisconsortes.
c) Quanto o espólio figurar como autor no processo, pode-se dizer que há litisconsórcio ativo sempre que houver mais de um herdeiro.
d) Há litisconsórcio necessário, quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

31. **O Ministério Público da União acomoda os seguintes ramos, com áreas de atuação, organização e administração distintas:**
a) Ministério Público Político, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
b) Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
c) Procuradoria-Geral da República, Ministério Público Federal, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União e Ministério Público Militar;
d) Procuradoria-Geral Federal, Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal.

32. **Pode-se afirmar em relação às garantias dos membros do Ministério Público:**
I. em nenhuma hipótese é possível remover-se o membro do Ministério Público do seu local de atuação (princípio da inamovibilidade);
II. a irredutibilidade de subsídios importa na revisão anual e automática da remuneração, em relação aos valores da inflação, independentemente de lei, haja vista a equivalência dos cargos de PGR e Ministro do STF, tetos do funcionalismo público;
III. a vitaliciedade ocorre após o decurso do prazo constitucional e impede a perda do cargo, salvo por decisão de 2/3 dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, nas infrações puníveis com demissão, ou através de sentença judicial transitada em julgado.
IV. a vitaliciedade é adquirida após dois anos de exercício, contados da publicação do ato de nomeação em órgão de imprensa oficial.
Assinale a alternativa correta:
a) as afirmações dos itens I e III estão erradas;
b) as afirmações dos itens I, II e III estão corretas;
c) as afirmações dos itens I e IV estão erradas;
d) todas as afirmações estão erradas.

33. **Quanto ao exercício das funções institucionais, é incorreto afirmar que o Ministério Público tem:**
a) legitimidade exclusiva para promover a ação de improbidade administrativa;
b) exclusivamente através do Procurador-Geral da República, legitimidade concorrente para promover a ação direta de inconstitucionalidade;
d) legitimidade concorrente para promover a ação civil pública;
d) legitimidade concorrente para promover a defesa judicial dos interesses das populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e ciganos.

34. **Assinale a alternativa INCORRETA:**
a) o membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.
b) nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.
c) O membro do Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial, por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, tendo livre acesso aos estabelecimentos policiais e prisionais.
d) A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhes der causa.

35. **O Ministério Público:**
I. no Brasil, foi criado pela Constituição de 1946;
II. é atividade indispensável à função jurisdicional;
III. teve a função de fiscal da lei abolida pela Constituição de 1988;
IV. Federal, deixou de exercer a representação judicial da União com a Constituição de 1988.
Assinale a alternativa correta:
a) as afirmações dos itens II e III estão corretas;
b) as afirmações dos itens II e IV estão corretas;
c) as afirmações dos itens I e IV estão erradas;
d) as afirmações dos itens III e IV estão corretas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

	A	B	C	D	E	
01	■					A
02	■					A
03		■				B
04				■		D
05				■		D
06				■		D
07			■			C
08		■				B
09				■		D
10			■			C
11		■				B
12				■		D
13	■					A
14			■			C
15	■					A
16		■				B
17			■			C
18		■				B

	A	B	C	D	E	
19	■					A
20		■				B
21		■				B
22				■		D
23			■			C
24				■		D
25			■			C
26		■				B
27		■				B
28		■				B
29			■			C
30				■		D
31		■				B
32				■		D
33	■					A
34			■			C
35		■				B